

IDENTIDADE E POLÍTICA EXTERNA: NEGOCIANDO PERCEPÇÕES E PRÁTICAS NAS RELAÇÕES ENTRE TURQUIA E UNIÃO EUROPEIA

Aluno: Victor Toscano
Orientadora: Paula Sandrin

Introdução

Nossa pesquisa teve como objetivo estudar as relações entre a União Europeia (UE) e a Turquia, em particular como esses dois atores internacionais, por meio de seus discursos e práticas, constroem e reproduzem mutuamente suas identidades. Considerando que as identidades e as práticas de política externa são co-constituídas, ou seja, que as identidades influenciam as práticas de política externa e que a política externa ajuda a produzir e a reproduzir determinadas identidades [1, 2], buscamos entender como esses processos se deram e se dão no relacionamento entre a União Europeia e a Turquia.

Neste relatório, apresentaremos o progresso obtido na pesquisa entre junho de 2016 (data de início da pesquisa) e julho de 2018 (data do término da pesquisa). Durante os últimos dois anos, elaboramos uma **revisão da literatura sobre a construção de identidades nacionais, da relação de co-constituição entre política externa e identidades, da metodologia de análise de discurso, sobre as práticas de diplomacia pública da União Europeia e da Turquia, identificamos as articulações discursivas recorrentes proferidas pela EU e pela Turquia, e iniciamos o processo de escrita de um artigo sobre a diplomacia pública turca, a ser publicado.**

Tentativas de construção nacional: uma revisão bibliográfica

Nessa seção, introduziremos alguns textos canônicos sobre a construção de identidades nacionais advindos da ciência política [9], antropologia social [10] e história [11] para depois trabalharmos com a literatura pós-estruturalista de relações internacionais que trata da relação entre identidade e política externa.

Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* [9], afirma que a nação é uma comunidade política imaginada e limitada. É imaginada porque os membros de uma nação, por menor que seja, jamais conhecerão a todos, mas mesmo assim sentem como se partilhassem algumas características e experiências históricas. O surgimento do nacionalismo, portanto, não seria um despertar de grupos de pessoas que percebem que possuem algo em comum, mas a invenção de coisas em comum. É também limitada porque nenhuma nação tem pretensões de

incluir toda a humanidade. Do lado de fora das fronteiras que delimitam uma nação, existem outras nações.

O nacionalismo é uma ideologia moderna que diz ter raízes antigas e foi resultado de processos históricos: o iluminismo; o surgimento do capitalismo impresso (os romances e jornais publicados nas línguas utilizadas no dia a dia, e não nas línguas sagradas, que só eram dominadas pelas elites) e o surgimento dos Estados modernos. A partir desses desenvolvimentos, uma nova fonte de legitimidade era necessária para garantir o poder dos Estados modernos.

Para Ernest Gellner, em *Nações e Nacionalismo* [10], nacionalismo é principalmente um princípio político, que mantém que as unidades política e nacional devem ser congruentes. Na era moderna, nacionalista, as unidades nacionais são os objetos preferidos de identificação e de aderência voluntária. Nacionalismo é uma teoria de legitimidade política que requer que as fronteiras étnicas não devam atravessar as fronteiras políticas e, em particular, que as fronteiras étnicas dentro de um Estado não devam separar os detentores do poder do resto [da população].

O estresse da Reforma Protestante nas taxas de alfabetização e no escrituralismo, sua investida em um sacerdócio monopolista, seu individualismo e ligações com populações urbanas móveis, faziam dela um tipo de anunciadora de características sociais e atitudes que, de acordo com esse modelo, produziram a era nacionalista. É o estabelecimento de uma sociedade anônima, impessoal, com indivíduos atomizados mutuamente substituíveis, unidos acima de tudo por uma cultura supostamente comum, no lugar de uma estrutura complexa de grupos locais anterior. Nessas condições, os homens estarão politicamente unidos àqueles, e somente àqueles, que compartilham de "sua" cultura. Governos, então, desejam estender suas fronteiras aos limites de suas culturas, e proteger e impor a sua cultura com as fronteiras dos seus poderes. É o nacionalismo que cria nações, e não o contrário.

As “tradições inventadas”, diz Hobsbawm [11], são altamente importantes para a nação ("aquela inovação histórica comparativamente recente") e para os seus fenômenos associados: nacionalismo, Estado-nação, símbolos nacionais, histórias, e o resto. “Tradições inventadas” se referem a um conjunto de práticas, normalmente governadas por regras manifesta ou tacitamente aceitas e de natureza ritual ou simbólica, que buscam incutir certos valores ou normas de comportamento por repetição, o que automaticamente implica em continuidades com o passado. O termo se refere tanto a “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente instituídas, quanto às que emergem de uma maneira menos rastreável durante um período breve e datável – talvez em questão de poucos anos – e que se estabeleceram com

grande rapidez. Entretanto, no que se refere a um passado histórico – que não precisa ser imemorial –, a peculiaridade das tradições “inventadas” é que a continuidade entre as tradições e o passado é fictícia.

Todas as tradições inventadas, até onde possível, usam a história como legitimadoras da ação e como cimento da coesão do grupo. As histórias que se tornaram parte do fundo de conhecimento ou da ideologia da nação, de um Estado ou movimento não são as que foram preservadas na memória popular, mas as que foram selecionadas, escritas, desenhadas, popularizadas e institucionalizadas por aquelas cuja função é fazer isso. Assim, as tradições inventadas são altamente relevantes para a “nação” e seus fenômenos associados.

De acordo com Hobsbawm, o surgimento da nação coincide com mudanças que estavam ocorrendo no século XIX e que tinham tornado impraticáveis as formas tradicionais de governar. Hobsbawm argumenta que os Estados europeus precisavam de novas estratégias para comandar lealdade e obediência dos cidadãos e para estabelecer sua legitimidade aos olhos do povo. A partir do século XIX, hierarquias tradicionais começam a perder legitimidade com o surgimento de classes sociais mais organizadas, principalmente os movimentos trabalhistas. Várias revoltas na Europa nesse período questionavam formas de governo baseadas em hierarquias estratificadas, como igreja e monarquia. A introdução de certas formas de sufrágio em vários países europeus gerou a existência de um eleitorado em massa que tornava mais dramática a necessidade de estabelecer novos laços de lealdade. As massas agora participavam da política e não estavam mais dispostas a seguir seus senhores. Novos elementos eram necessários para manter o tecido social e a ordem e para manter unidas as coletividades humanas. Novas datas festivas, feriados, símbolos, cerimônias (como o dia da Bastilha – 14 de julho – inaugurado em 1880), heróis nacionais e a produção em massa de monumentos públicos foram mobilizados pelo Estado. A standardização da administração pública e do direito, e em particular da educação, transformou pessoas em cidadãos de um país específico.

Reconhecidamente, o nacionalismo usa a proliferação de culturas ou riqueza cultural pré-existente e historicamente herdada, apesar de usá-las de maneira muito seletiva, e muitas vezes as transforma radicalmente. Línguas mortas são revividas, tradições são inventadas, purezas prístinas e falaciosas são restauradas. Nacionalismo não é o que parece e, acima de tudo, não é o que parece para si mesmo. As culturas que diz defender e reviver muitas vezes são suas próprias invenções, ou são modificadas além do reconhecimento. Muitas ocasiões nas quais as pessoas se tornam conscientes de cidadania continuam associadas a símbolos e práticas semi-ritualísticas (como as eleições) e muitas são novidades historicamente e amplamente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e música.

Ou seja, de acordo com esses textos canônicos sobre a formação de identidades nacionais, a nação enquanto categoria identitária surgiu entre os séculos XVIII e XIX em função de processos históricos como o iluminismo e o secularismo, a publicação de romances e jornais publicados em línguas locais e o surgimento de certas formas de sufrágio e de movimentos de trabalhadores em massa. Anderson, Gellner e Hobsbawn concordam que uma das principais funções das nações recém-criadas era prover legitimidade para Estados que não poderiam mais se sustentar em hierarquias tradicionais que estavam sendo desmanteladas. A criação de novos laços de lealdade envolveu a invenção de tradições, de sistemas educacionais centralizados e de massa, de histórias nacionais altamente seletivas que buscavam incutir na população uma identidade dominante. Tragicamente, essa busca por homogeneidade envolveu muita violência, incluindo a eliminação, expulsão ou assimilação de grupos considerados “diferentes”.

Quando estudamos os processos de construção das identidades da União Europeia e da Turquia, estivemos atentos às narrativas promovidas, aos silêncios incorridos e às violências cometidas.

Identidade e Política Externa: a contribuição pós-estruturalista

Esse projeto se situa dentro da literatura pós-estruturalista de Relações Internacionais sobre os vínculos entre discursos identitários e práticas de políticas externa [1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8]. A análise parte da premissa de que a relação entre identidades e políticas externas é co-constituída e não causal. Políticas externas se situam dentro de uma narrativa ou discurso que constitui as fronteiras entre nós e os “outros” e é por meio de práticas, como a política externa, que identidades são produzidas e reproduzidas.

Uma contribuição importante dos autores pós-estruturalistas de relações internacionais à literatura sobre a construção e reprodução de identidades foi a introdução do papel da política externa nesses processos e em particular da dimensão relacional das identidades. De acordo com Hansen [1], não é possível separar identidade e política externa, já que não há identidade anterior e independente da política externa. Comunidades políticas atuais não foram criadas isoladamente e não desenvolveram suas identidades sem qualquer contato com o mundo “lá fora”. Ao incluir a política externa e as relações com outras comunidades políticas como fatores fundamentais na construção de identidades dos Estados, o pós-estruturalismo complementa os insights de Anderson, Gellner e Hobsbawn.

Campbell [2], diz que não existe nenhum fundamento para a identidade dos Estados, nenhuma identidade primária, nenhum status ontológico separado das muitas e variadas práticas que constituem a realidade dos Estados. Identidades não são essenciais nem imutáveis e são

constituídas a partir da diferença – da delimitação das fronteiras entre o que está dentro e o que está fora, entre nós e eles, entre eu e o outro, entre o doméstico e o estrangeiro. Qualquer identidade é construída performativamente ao longo do tempo: “*identity [is] tenuously constituted in time, instituted in an exterior space through a stylized repetition of facts*”; [*an identity achieved*], “*not [through] founding act, but rather a regulated process of repetition*” (Butler *apud* Campbell 1998, p. 9).

Nós tentamos vivenciar nossas identidades como se estivessem “resolvidas” e unificadas, como uma fantasia de nós mesmos como uma pessoa unificada. Da mesma forma, os Estados estão sempre no processo de se tornarem uma entidade, mas nunca de fato são. Se o Estado deixar de produzir e reproduzir sua identidade, se ele cessar suas práticas de representação, ele deixaria exposta a ausência de fundações pré-discursivas e deixaria de existir. É precisamente porque os Estados estão sempre em construção e não possuem nenhum status ontológico que preceda o discurso que eles precisam se engajar em um evangelismo do medo, por meio de discursos de perigo, para tentar assegurar uma identidade precária e provisória. Em outras palavras, política externa não é uma preocupação com a relação entre Estados, mas com o estabelecimento de fronteiras para construir o Estado.

A política externa é uma das práticas entre muitas que servem para disciplinar a ambiguidade e a diferença interna e construir a identidade do Estado. Campbell diferencia entre “política externa” e “Política Externa”: política externa se refere a todas as práticas de diferenciação e exclusão que constitui as coisas como “estrangeiras” (mesmo as domésticas). Política Externa é uma preocupação com a reprodução de uma identidade instável no nível do estado, e com a contenção de desafios àquela identidade. O Estado contém, controla e disciplina a diferença interna ao localizar a alteridade do lado de fora. O “outro” do lado de fora serve como um aviso para os diferentes domésticos. O “outro” do lado de fora mostra para os diferentes do lado de dentro o que eles se tornariam se não fossem disciplinados. Ou seja, a Política Externa além de produzir outros externos, também ajuda a disciplinar elementos domésticos que contestam a concepção dominante de identidade. Em outras palavras, os Estados estão sempre em processo de tornar-se (“*in the process of becoming*”) e a segurança é uma das formas através das quais eles tentam “tornar-se”. Por isso, a segurança não deve nunca ser atingida, porque para continuar existindo, o Estado precisa da articulação de perigo na política externa e na Política Externa.

Assim como Campbell, Hansen [1] teoriza sobre a relação co-constitutiva entre política externa e identidade. Ambos argumentam que identidades são simultaneamente constituídas e reproduzidas por meio de formulações de política externa. Discursos acerca de práticas políticas

dependem de construções particulares sobre problemas e subjetividades; problemas e subjetividades também são construídos por meio de discursos acerca de práticas políticas [2]. Além disso, identidades, mesmo aquelas que atingiram status hegemônico, nunca são estáveis e estão sempre abertas a contestações: Iver Neumann [3] cita Chantal Mouffe (1994), que escreveu: “[...] *not only are there no ‘natural’ or ‘original’ identities, since every identity is the result of a continuing process, but that process itself must be seen as one of permanent hybridization and nomadization. Identity is, in effect, the result of a multitude of interactions that take place inside a space whose outlines are not clearly defined*”.

Por fim, a relação entre “nós” e “eles” não necessariamente será antagonica, marcada por discursos de perigo e acompanhada por práticas que visam excluir ou eliminar o “diferente”. O outro pode ser representado como radicalmente diferente e existencialmente ameaçador [2, 4], mas também como amigo, inferior, superior ou apenas diferente [12]. Consequentemente, a relação com o outro pode ou não envolver conflito.

Existem sistemas de diferença não antagonicos [4] e graus de diferença e alteridade [2]. A identidade é construída por meio de processos de vinculação e diferenciação e é situada espacialmente, temporalmente e eticamente [2]. Por exemplo, o outro pode ser considerado superior e por isso deve ser emulado, ou pode ser considerado parecido, apenas temporalmente distante [2]. A política prescrita pode variar de acordo com a forma como o outro é representado. Em outras palavras, há diferentes formas de responder à diferença: aniquilação, assimilação, transformação, apoio, isolamento, dissuasão, acomodação (alteração da “nossa” identidade” na direção do outro), terapia (trazer o outro de volta à “normalidade”) [2, 13]. Quando o outro é enquadrado como uma ameaça existencial por um ator securitizador com alto capital social e esse enquadramento é aceito pela audiência, é mais provável que as políticas formuladas para lidar com esse outro sejam “excepcionais” [17 e 18]. Se o outro é representado como inferior, prováveis opções políticas serão ignorá-lo ou prover “terapia” com o intuito de “melhorá-lo”.

A Diplomacia Pública

O estudo de uma prática específica de política externa, a diplomacia pública (DP), é particularmente produtivo para entendermos tentativas de construção e reprodução identitária e suas consequências, já que os objetivos da DP são precisamente projetar imagens, narrativas e representações. A imagem positiva que tenta projetar é construída pela exposição das qualidades, descrição seletiva de notícias, fatos e eventos [20], e pelo silenciamento de problemas, o que contribui para o aumento de assimetrias entre Estados e em suas sociedades

domésticas, assim como com o resto do mundo, reforçando a polarização política e a desconfiança interna e externamente. A DP, ao construir identidades e alteridades, estabelece e mascara relações hierárquicas com outros países.

A definição de “diplomacia pública” não é consenso na literatura acadêmica, assim como não há consenso sobre seus objetivos. A questão é que definições universais do que seria diplomacia pública falham pelo fato de "diplomacia pública" ser um nome para designar objetivos e práticas diferentes, dependendo de quem a emprega [21]. Independente da definição específica, diplomacia pública serve para projetar uma imagem positiva tanto para um público doméstico quanto internacional [22]. Pretende-se, ao estabelecer contatos entre indivíduos e instituições, que o intercâmbio promovido pelo contato direto entre esses e estrangeiros, em vez de simplesmente falar sobre os valores para uma audiência estrangeira, aumente o conhecimento sobre quem pratica a DP e a simpatia aos seus valores [20]. As dimensões doméstica e internacional, então, são duas metades de um todo, que se reforçam mutuamente [24]. Essa mistura entre os aspectos domésticos e internacionais das questões e políticas é o que caracteriza a chamada natureza “interméstica” da diplomacia pública [19].

Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, a diplomacia pública funciona também como uma das maneiras que um Estado ou organização internacional, como a União Europeia, constrói sua identidade. A linguagem é o meio pelo qual o significado e a identidade são construídos. Assim, o que importa não são tanto os fatos e eventos, mas a maneira como esses são descritos e interpretados [20]. Como visto anteriormente, a diplomacia pública é um instrumento usado para projetar uma imagem positiva daquele que a emprega. Assim, ao se descrever de uma determinada maneira nas suas interações com outros atores a partir da diplomacia pública, há um esforço para construir uma identidade. Essa é uma dimensão da construção identitária pouco explorada na literatura, que muitas vezes essencializa a identidade como algo que precede a ação política, e não como algo que se relaciona de maneira co-constitutiva com ela.

Notando esse viés essencialista e construtivista da literatura sobre diplomacia pública, particularmente no caso da Turquia, argumentamos que uma análise pós-estruturalista da diplomacia pública supriria um hiato deixado por essa literatura: em vez de um reflexo de uma dada identidade, a diplomacia pública seria uma das ferramentas à disposição da Turquia (e da União Europeia) para criar uma identidade para si, ainda que essa identidade seja sempre instável, precária e incompleta. Essa identidade que é criada pelas práticas de política externa da Turquia serve para legitimar certas práticas e estabelecer influência para o governo AKP e, particularmente, para o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan. Um último ponto a ser

reforçado é que os discursos da diplomacia pública, que tentam construir essa identidade, são múltiplos e dissonantes, não havendo consenso ou homogeneidade na Turquia e entre os atores que a compõem.

Metodologia

Como mencionado anteriormente, escolhemos a análise de discurso como metodologia dessa pesquisa. Trata-se de uma metodologia qualitativa e interpretativa calcada em um entendimento da linguagem como flexível e potencialmente estratégica [6]. A análise de discurso pode ser vista como um programa de pesquisa baseado em uma série de comprometimentos teóricos: discurso como um sistema de significação; a produtividade do discurso; e a maleabilidade e contingência histórica de discursos [8].

Discursos são estruturas de significação que constroem realidades sociais. O significado é construído por meio de sistemas de signos (linguísticos, mas não somente). É importante identificar as relações entre os elementos que fazem parte de um sistema de signos (de Saussure 1974 *apud* Milliken 1999) e as oposições binárias (quente/frio, claro/escuro, bárbaro/civilizado) que estruturam os discursos (Derrida 1981 *apud* Milliken 1999) e que estabelecem relações hierárquicas entre os polos. Assim, análises de discurso buscam descortinar as relações e hierarquias presentes. Ao mapearmos essas estruturas de significação, buscaremos entender porque certos cursos de ação são definidos como possíveis e outros são tidos como impraticáveis.

Esse ponto nos leva ao segundo comprometimento teórico da análise de discurso. Discursos também são produtivos: ajudam a produzir e a reproduzir certas maneiras de ser e agir no mundo e a operacionalizar um “regime de verdade” particular que exclui outras identidades e formas de agir [8]. Discursos ajudam a definir sujeitos autorizados a falar e a agir, audiências para quem aqueles autorizados falam, a disciplinar ou eliminar certos grupos e a produzir um senso comum. Dessa forma, discursos definem, permitem, silenciam e excluem sujeitos e práticas ao designar certos grupos como aptos a falar e outros não; ao designarem certas práticas como senso comum, lógicas e adequadas e outras como impraticáveis ou inadequadas. Em outras palavras, discursos ajudam a produzir práticas ao criarem um sistema de significados que estrutura e limita as opções de práticas políticas consideradas razoáveis [8]. Essa parte da análise de discurso tem implicações políticas e éticas, já que nos permite entender as consequências de determinados discursos e nos ajuda a desestabilizar discursos hegemônicos, mostrando que o que é considerado senso comum foi construído socialmente e é, portanto, mutável. Finalmente, até mesmo discursos hegemônicos, “regimes da verdade” são

instáveis e, por isso, precisam ser produzidos e reproduzidos continuamente, de forma a tentar fixar as identidades e modos de agir autorizados por eles. Assim, sendo sempre mutáveis e contingentes historicamente, são sempre sujeitos a resistências e contestações [8].

O desenho da pesquisa é baseado nos modelos de pesquisa intertextuais desenvolvidos por Hansen [1]. O primeiro modelo foca em discursos oficiais de política externa (discursos oficiais, entrevistas); o segundo inclui partidos de oposição, a mídia e outras organizações como ONGs, empresas, forças armadas; e o terceiro inclui cultura popular e discursos políticos mais marginalizados [1]. Os desenhos de pesquisa podem variar de acordo com o número de atores estudados, a quantidade de eventos analisados, o período de tempo escolhido e o modelo intertextual selecionado. São utilizados métodos interpretativos para analisar fontes primárias (documentos oficiais, declarações e discursos de oficiais, entrevistas, reportagens e artigos de opinião) e secundárias (livros e artigos acadêmicos que exploram os processos de construção de identidade e a prática de diplomacia pública, particularmente na Turquia).

Dentre os métodos interpretativos podemos destacar dois: 1) a análise dos predicados - verbos, advérbios e adjetivos - que acabam por construir as características (qualidades, atributos, propriedades) dos sujeitos, as relações entre eles e as posições ocupadas na escala hierárquica por cada um e 2) a análise das *metáforas* utilizadas nos textos. A partir da análise dos predicados e metáforas utilizados é possível inferir as categorias identitárias criadas por discursos e as práticas consideradas apropriadas para determinados sujeitos. Esse tipo de análise é conhecido como “*Grounded Theory*”, ou Teoria Fundamentada nos Dados: trata-se de um método indutivo baseado na análise sistemática do material empírico coletado. Ou seja, categorias não são criadas a priori, mas inferidas a partir dos discursos estudados.

No que diz respeito à produtividade do discurso, um método frequentemente utilizado é o raciocínio contra factual, que nos permite pensar em práticas alternativas que seriam possíveis, para além daquelas designadas pelo discurso hegemônico. Também é possível estudar a implementação das políticas formuladas, ou a “operacionalização das categorias discursivas” (Ferguson *apud* Milliken 1999, p. 240). Esse tipo de análise é feito em Relações Internacionais por autores da chamada sociologia política internacional, como Bigo [15] e Huysmans [16]. Além disso, é possível comparar discursos hegemônicos com discursos alternativos que apresentam diferentes sujeitos, predicados e relações entre eles, de forma a construir uma estrutura de significação e a designar práticas diferentes daquelas consideradas senso comum [2]. A ideia aqui não é revelar uma “verdade mais verdadeira”, mas desestabilizar a narrativa dominante, mostrando como é contingente. Por fim, o método genealógico também pode ajudar a descortinar a natureza contingente e não unitária e contínua de narrativas

dominantes ao trazer à tona práticas discursivas passadas, que foram marginalizadas em função de relações de poder.

Conclusão

Com o término do projeto, as conclusões serão apresentadas em um artigo que está em processo de escrita, com objetivo de publicação. Após revisarmos a literatura sobre identidades, como são construídas (de maneira co-constitutiva à ação política, sem relação de causalidade) e quais são suas consequências, estudarmos as práticas de diplomacia pública – um tipo de prática de política externa – da União Europeia e da Turquia, concluimos que o slogan turco para a sua diplomacia pública – *"Turkey has an image and a story to share"* - engana os observadores desatentos de duas maneiras: (i) leva a acreditar que a sua história é coesa e consensual e que (ii) essa "estória" é uma tentativa de construir uma imagem, uma identidade, que a Turquia não possui anteriormente às suas ações e tampouco é completa e íntegra, como "tem uma imagem" (*"has an image"*) leva a crer. Assim, argumentamos quanto ao uso da diplomacia pública como uma ferramenta à disposição da Turquia para a construção de uma identidade, com os objetivos de gerar influência e legitimidade para o governo. Nosso esforço suprirá um vácuo que notamos na literatura.

Referências

- 1 - HANSEN, L. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. New York: Routledge, 2006.
- 2 - CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minnesota: University of Minnesota Press, Revised Edition, 1998.
- 3 - NEUMANN, I. B. **Uses of the Other – ‘The East’ in European Identity Formation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- 4 - WAEVER, O. **Identity, communities and foreign policy – Discourse analysis as foreign policy theory**. In: Hansen, Lene and Waever, Ole. *European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic states*. London: Routledge, 2001.
- 5 - WAEVER, O. **Discursive approaches**. In: Wiener, A and Diez, T. *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- 6 - HANSEN, L. **Discourse analysis, post-structuralism, and foreign policy**. In: Steve Smith, Amelia Hadfield, Tim Dunne. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

- 7 - DOTY, R. L. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, v.37, n.3, set. 1993.
- 8 - MILLIKEN, J. “The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods, *European Journal of International Relations*, vol. 5 n.2, 1999.
- 9 - ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.
- 10 - GELLNER, E. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- 11 - HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- 12 - DIEZ, T. Constructing the Self and Changing Others: reconsidering “Normative Power Europe”. **Millennium – Journal of International Studies**, v.33, p. 613-636, jun. 2005.
- 13 - HOPF, T. **Social Construction of International Politics – Identities and Foreign Policies – Moscow 1955 and 1999**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2002.
- 14 - BUZAN, B.; DIEZ, T. The European Union and Turkey. **Survival**, v.41, n.1, p. 41-57, dez. 1999.
- 15 - BIGO, D. **International Political Sociology**. In: Williams, Paul (ed.). *Security Studies: An Introduction*. Nova York: Routledge, 2008. 116-129p.
- 16 - HUYSMANS, J. **The Politics of Insecurity: Fear, migration and asylum in the EU**. Nova York e Londres: Routledge, 2006.
- 17 - BUZAN, B.; WAEVER, O. et al. **Security: A New Framework For Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- 18 - WAEVER, O. **Securitization and desecuritization** in Ronnie D. Lipschutz (ed). *On Security*. Nova York: Columbia University Press, 1995.
- 19 - DUKE, Simon. **The European External Action Service and Public Diplomacy**. *Clingendael - Netherlands Institute of International Relations. Discussion Papers in Diplomacy* n. 127. Hague, 2013b. Disponível em: http://www.eipa.eu/files/repository/product/20131009144127_TheEuropeanExternalActionService.pdf. Último acesso em 14/06/2017.
- 20 - RASMUSSEN, S. B. Discourse Analysis of EU Public Diplomacy Messages and Practices. **Netherlands Institute of International Relations**, Clingendael, out. 2011. Clingendael Papers. Disponível em: www.clingendael.nl/sites/default/files/20090700_cdsp_discussion_paper_115_Rasmussen.pdf Acesso em 14 jun. 2017.

- 21 - PAMMENT, James. **West European Public Diplomacy**. In: CROSS, Mai'a K. Davis; MELISSEN, Jan. *European Public Diplomacy: Soft Power at Work*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 13 – 38
- 22 - CROSS, Mai'a K. Davis. **Conceptualizing European Public Diplomacy**. In: CROSS, Mai'a K. Davis; MELISSEN, Jan. *European Public Diplomacy: Soft Power at Work*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1 – 11
- 23 - GOUVEIA, Philip Fiske de. **Part I** em GOUVEIA, Philip Fiske de; PLUMRIDGE, Hester. “European Infopolitik. Developing EU Public Diplomacy Strategy”. *The Foreign Policy Center*. Londres, nov. 2005. Disponível em: <http://fpc.org.uk/fsblob/657.pdf>. Último acesso em 14/06/2017.
- 24 - HUIJGH, Ellen. **Changing Tunes for Public Diplomacy. Exploring the Domestic Dimension**. *Clingendael - Netherlands Institute of International Relations*, The Hague, 2011. Disponível em: <http://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1018&context=exchange>. Último acesso em 14/06/2017.
- 25 - HUIJGH, Ellen. **Public Diplomacy's Domestic Dimension in the European Union**. In: CROSS, Mai'a K. Davis; MELISSEN, Jan. *European Public Diplomacy: Soft Power at Work*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 57 – 84
- 26 - MELISSEN, Jan. **Beyond the New Public Diplomacy**. *Clingendael- Netherlands Institute of International Relations. Clingendael Papers No. 3*, out. 2011. Disponível em: https://www.clingendael.nl/sites/default/files/20111014_cdsp_paper_jmelissen.pdf. Último acesso em 14/06/2017.
- 27 - GOUVEIA, Philip Fiske de; PLUMRIDGE, Hester. **European Infopolitik. Developing EU Public Diplomacy Strategy**: *The Foreign Policy Center*. Londres, p. vi – vii, nov. 2005. Disponível em: <http://fpc.org.uk/fsblob/657.pdf>. Último acesso em 14/06/2017.